

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 11.084, DE 2018

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estabelecer como diretriz, para contratação de serviços de transporte público coletivo quantidade mínima de veículos movidos a energia renovável.

Autor: Deputado BETO ROSADO

Relator: Deputado ÍCARO DE VALMIR

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 11.084, de 2018, de autoria do nobre Deputado Beto Rosado, busca acrescentar o inciso VI ao art. 10 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para estabelecer como diretriz para contratação de serviços de transporte público coletivo, quantidade mínima de veículos movidos a energia renovável, garantida a exigência de pelo menos um veículo em cada município.

Em sua justificação, o Autor ressalta a importância do projeto para o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris, aprovado pelo Congresso Nacional em 2016, uma vez que estimula a redução de emissões de gases de efeito estufa. Além disso, destaca os graves efeitos da poluição sobre a saúde pública, a instabilidade gerada pela dependência do petróleo nos custos das tarifas e a importância de se adotar fontes de energia limpa no âmbito do transporte coletivo urbano.

A proposição foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS; de Viação e Transportes – CVT; e de Desenvolvimento Urbano – CDU (art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos



Deputados - RICD); e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (art. 54 do RICD).

Em 25 de setembro de 2019, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o projeto foi aprovado em sua redação original, nos termos do parecer do relator, Deputado Professor Joziel. Em 13 de julho de 2021, a Comissão de Viação e Transportes aprovou parecer pela rejeição apresentada pelo relator, Deputado Lucas Gonzalez.

Após recebimento pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, em 26 de abril de 2023, foi designada relatoria ao Deputado Guilherme Boulos. O parecer apresentado entendeu pela aprovação na forma do substitutivo, que propôs restringir a exigência de aquisição de pelo menos um veículo movido a energia renovável apenas para municípios com população superior a quinhentos mil habitantes. Entretanto, o mesmo não chegou a ser apreciado.

Em 19 de agosto de 2025, foi-me designada relatoria.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Nesta Comissão, encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

I - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 11.084, de 2018, de autoria do nobre Deputado Beto Rosado, busca acrescentar o inciso VI ao art. 10 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para estabelecer como diretriz para contratação de serviços de transporte público coletivo, quantidade mínima de veículos movidos a energia renovável, garantida a exigência de pelo menos um veículo em cada município.

Reconhecemos a relevância da proposição ao incorporar à Política Nacional de Mobilidade Urbana uma diretriz voltada à sustentabilidade energética. A medida mostra-se oportuna e necessária diante dos desafios atuais enfrentados



pelas cidades brasileiras, caracterizados pelos altos níveis de poluição atmosférica, pela saturação da infraestrutura viária e pela crescente demanda por sistemas de transporte mais eficientes e ambientalmente responsáveis.

O transporte coletivo, por sua natureza, desempenha papel estruturante na mobilidade urbana e sua modernização repercute diretamente sobre a qualidade de vida, a saúde pública e a sustentabilidade ambiental. A modernização das frotas de transporte público urbano, com a adoção de veículos movidos a energia renovável, representa um passo importante para a construção de cidades mais sustentáveis e resilientes, pautadas pela eficiência, pelo uso racional dos recursos e pela redução das desigualdades socioespaciais.

A inclusão de uma diretriz específica sobre o uso de energia renovável nas frotas de transporte coletivo reforça e atualiza os princípios estruturantes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, alinhando-os aos avanços tecnológicos e às metas de mitigação das mudanças climáticas. Além disso, o projeto favorece a integração entre diferentes políticas urbanas setoriais, ao articular mobilidade, meio ambiente, energia e inovação tecnológica.

Cumprir destacar que o projeto não impõe obrigações excessivas nem percentuais fixos aos entes federados, preservando a autonomia municipal assegurada pelo art. 30, inciso I, da Constituição Federal. O texto institui uma nova diretriz nacional, voltada a orientar e promover políticas públicas de transporte sustentável, estimulando os municípios a estabelecerem quantidade mínima de veículos movidos por energia renovável em suas frotas; respeitando a capacidade técnica e financeira de cada localidade.

Em relação à exigência de que cada município conte, ao menos, com um veículo movido a energia renovável, trata-se de medida de caráter pedagógico e indutor, constituindo um ponto de partida concreto para a difusão de novas tecnologias e para a sensibilização de gestores públicos e operadores do setor quanto à viabilidade de alternativas limpas.

A relevância da matéria também se evidencia por sua contribuição direta para o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, em especial aqueles previstos no Acordo de Paris e na Agenda 2030. Nesse contexto, destacam-se o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11, que visa promover cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, e o ODS 13,



voltado à adoção de medidas urgentes de combate à mudança do clima e à mitigação de seus impactos.

Do ponto de vista ambiental e social, o projeto oferece benefícios inequívocos. A substituição de veículos movidos a combustíveis fósseis nas frotas de transporte coletivo urbano contribui para a redução das emissões de gases poluentes, melhora a qualidade do ar e diminui os impactos sobre a saúde pública, promovendo maior eficiência energética. Sob a perspectiva econômica, a utilização de fontes renováveis proporciona maior estabilidade e previsibilidade aos custos operacionais, favorecendo o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e a modicidade tarifária.

Ante o exposto, no que compete a esta Comissão analisar, votamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 11.084, de 2024.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado **ÍCARO DE VALMIR**
Relator

